

Maioria quer manter monopólio do petróleo

BRASÍLIA — A disposição governamental de acabar com o monopólio na exploração do petróleo, que se inclui na linha liberalizante que o Presidente Fernando Collor quer imprimir ao Governo, não terá apoio do Congresso, caso o Executivo tente mesmo mudar o que estabelece a Constituição. Nada menos do que 64% dos deputados e senadores consultados são favoráveis à manutenção do monopólio, enquanto 25% são contra. O Governo, se persistir nessa idéia, poderá ter o apoio de parcelas minoritárias de parlamentares do PFL, PMDB e PRN.

A proposta de mexer no monopólio do petróleo foi reforçada recente-

mente pelo Governo através do Presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, logo que assumiu o cargo. As reações foram negativas e dificilmente o Governo conseguirá apoio do novo Congresso para levar adiante uma campanha nesse sentido.

A abertura do mercado nacional às importações, uma das teses liberalizantes do Governo Collor, tem o apoio da maioria expressiva do Congresso Nacional. Desse modo, até mesmo em partidos de esquerda, como o PT, o Presidente pode encontrar aliados à nova redução das alíquotas do imposto de importação; que está praticamente pronta na

área econômica. Mas a mesma receptividade falta à política de privatização, sem caracterizar, contudo, uma tendência estatizante dos parlamentares.

Como a política de privatização do Governo ainda não produziu efeitos práticos, apesar de aprovada no bojo do Plano Collor, os parlamentares são cautelosos e preferem examinar os critérios. Isso pode ser comprovado diante da grande maioria de parlamentares (61%) que respondeu ser apenas parcialmente a favor da política de privatização do Governo Collor. Esse percentual foi bem superior ao número de deputados e senadores que mostra-se totalmente favorável

(26%).

Conclui-se que o Executivo terá que atuar com mais rigor junto ao novo Congresso que assume esta semana, para neutralizar os focos de resistência à privatização de empresas públicas. No PFL e PRN, que acabaram de formalizar o primeiro bloco de apoio ao Governo na Câmara, seus parlamentares engrossaram a posição manifestada pelos peemedebistas: mais de dois terços dos 101 parlamentares do PMDB consultados são apenas parcialmente favoráveis à privatização. No PT, metade dos 31 parlamentares acompanha essa posição.

O Deputado Aloysio Mercadante

(PT-SP), que inicia seu primeiro mandato, já demonstrou que fará oposição a algumas dessas propostas liberalizantes do Governo Collor, embora tenha apoiado, inicialmente, alguns pontos do programa econômico. Parcialmente a favor da privatização, assumindo a posição defendida também pelos conservadores, o economista é contra a liberação das importações já iniciada pelo Executivo. Entre os favoráveis está o Deputado José Dirceu, que também engrossa a bancada federal do PT. Quanto à maneira pela qual o Governo renegocia a dívida externa, os dois petistas estão juntos: são contra.

Em relação à dívida externa (até agora o Brasil não fez qualquer pagamento dos juros), a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, pode se sentir estimulada com a posição dos congressistas à sua proposta de limitar o pagamento dos juros à capacidade do País e transformar parcela da dívida em bônus. O novo Congresso dá provas de que endossa essa posição já encaminhada aos credores, segundo a manifestação de 56% dos parlamentares consultados. Curiosamente, o Governo encontra resistência de dois parlamentares do PRN paulista, Fausto Rocha e Etivaldo Vadão.